PROJETO DECRETO LEGISLATIVO N° 001/2024

Poder Legislativo – Concede Título de Cidadão Honorário – Outorga – Providências.

Os Vereadores que a esta subscreve, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru/MG, apresentam o presente projeto de decreto legislativo*:*

 Art. 1°. A Câmara Municipal de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, por este Decreto Legislativo, concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Cleiton Gontijo de Azevedo.

 Art. 2°. O agraciado mencionado neste Decreto Legislativo receberá o Título de Cidadania em cerimônia solene a ser realizada pela Câmara Municipal, devendo à Mesa Diretora da Câmara providenciar local, data e horário para realização do evento, inclusive cientificando o agraciado.

 Art. 3°. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Carmo do Cajuru, 15 de abril de 2024.

Sebastião de Faria Gomes Ricardo da Fonseca Nogueira

 Vereador Vereador

JUSTIFICATIVA

Carmo do Cajuru, 15 de abril de 2024.

Prezados colegas vereadores,

Natural de Divinópolis (Centro-Oeste MG), 40 anos, casado e pai de dois filhos, vem de família de comerciantes (varejão) e também é músico.

Sua atuação política tem como foco as críticas aos privilégios dos políticos. Foi eleito em 2016 para seu primeiro mandato como vereador com 3.023 votos, em 2018 como Deputado Estadual, com 115 mil votos e em 2022, Senador com 4 milhões e 200 mil votos.

Abrindo mão de regalias economizou 3 milhões de reais em seu gabinete; Este montante foi devolvido aos cofres públicos para realização de ações em benefícios da população. A medida também causou impacto em outros deputados, que seguindo seu exemplo também economizaram e a Assembleia conseguiu devolver 46 milhões de reais para o Governo de Minas. Foi a primeira vez na história que isso aconteceu.

Também devolveu dois bilhões de reais para o contribuinte através da redução da taxa de licenciamento em praticamente 80% do valor. Conseguiu também aprovar o Projeto de Lei que proíbe a compra de artigos de luxo como lagostas, vinho importado e outros, nos Três Poderes, impedindo a ostentação com dinheiro público em todo o estado de Minas Gerais. Também foi aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei que vai reduzir o valor das contas de água onde não existe tratamento de esgoto. Também foi aprovado pela Assembleia o projeto que proíbe reajuste de pedágio em rodovias mineiras no caso de obras atrasadas. Infelizmente esta matéria foi vetada pelo Governo.

Também ganhou grande destaque a PEC 42, de sua autoria, também conhecida como “PEC do Miserê”, que corta todo tipo de privilégios (auxílio moradia, paletó, mudança, bolsa livro etc.) nos três poderes.

São quase 300 projetos de Lei apresentados durante os quatro anos de mandato.

Foi com suas denúncias que foram entregues mais de mil viaturas destinadas para cidades mineiras que estavam paradas há anos em pátios, alguns até alugados pelo Governo de Minas. O mesmo ocorreu com micro-ônibus e ambulâncias para a saúde, ônibus e carteiras para escolas da rede estadual. Além de não cumprirem seu papel social estes equipamentos parados geravam gastos e estavam se deteriorando expostos ao tempo.

Sua investigação e fiscalização também descobriu diversos equipamentos (ultrassom, raio X, macas etc.) para unidades de saúde que estavam parados no almoxarifado do governo há quase dez anos e que finalmente estão sendo usados em benefício da população. Também foram entregues milhares de equipamentos para abastecimento de água e fomento da agricultura no Norte de Minas que estavam abandonados no pátio da CODEVASF.

Foi também com intervenções do hoje Senador Cleitinho que a COPASA teve que devolver dinheiro para a população de Iturama, Conceição do Mato Dentro, Nova Lima, Prudente de Morais e São João do Paraíso onde a empresa cobrava pelo tratamento de esgoto sem de fato fazer o serviço. Foram também inúmeras fiscalizações pontuais nas cidades que permitiu entrega de casas populares em Arcos, Contagem, Passos, Muriaé e outras além do impeachment do prefeito de Manhumirim.

Impediu mau uso do dinheiro público em Juruaia, descobriu medicamentos vencidos em Uberaba, garantiu conclusão e entrega da UPA que estava parada em Muriaé, hospital que estava parado e todo equipado em Bom Jesus do Galho e agora está funcionando e muitas outras ações que podem ser conferidas em suas redes sociais.

Logo, conto com o voto dos pares edis na aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Atenciosamente,

Sebastião de Faria Gomes Ricardo da Fonseca Nogueira

 Vereador Vereador